



Primeira sessão deliberativa do mês ocorre à tarde

## CAE

### Reunião discute mudanças em abono salarial

A Comissão de Assuntos Econômicos aprecia hoje projeto de lei que reduz de cinco para três anos o tempo mínimo de registro no PIS/Pasep ou no Cadastro Nacional do Trabalhador, exigido para que o assalariado receba o abono a que têm direito os trabalhadores com renda de até 2,5 salários mínimos. A pauta da CAE inclui ainda as seguintes matérias:

- novos benefícios para a agricultura familiar
- mudanças nas regras de operação do Sebrae
- uniformização dos preços do asfalto na Amazônia
- aposentadoria de membros da Marinha Mercante

PÁGINA 4

## Sessão de hoje marca retomada das votações pelo plenário

Uma emenda constitucional e dois projetos de lei estão na ordem do dia desta terça-feira

A limitação dos gastos de assembleias e câmaras municipais, a avaliação psicológica de candidatos a policiais militares e o ensino de espanhol em escolas de primeiro e segundo graus estão entre os temas

da sessão deliberativa do Senado. A emenda constitucional que impõe um teto às despesas dos órgãos legislativos, de autoria do senador Esperidião Amin (PPB-SC), será discutida nos próximos dias e tem

votação prevista para até o mês que vem. O projeto que determina a avaliação psicológica de futuros policiais - com parecer favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP) - pode ser votado hoje. Também pode

ser apreciada proposta do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que estabelece o ensino de espanhol nos estados que fazem fronteira com países do Mercosul.

PÁGINA 3



### Encontro avalia experiências em execução no Brasil e no mundo

Parlamentares, especialistas e autoridades discutem hoje e amanhã, no Auditório Petrólio Portella, as diversas experiências de projetos sobre renda mínima em execução atualmente no Brasil e em outros países, durante conferência internacional organizada pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Comissão de Finanças e Tributação da Câmara e Grupo Interparlamentar Americano sobre a População e Desenvolvimento. Os trabalhos começam às 9h.

PÁGINA 3

## PLANO DE SAFRA

### Cardinal critica limites para o custeio agrícola

PÁGINA 2

## USINA HIDRELÉTRICA

### Senadores querem reassentamento de famílias atingidas

PÁGINA 2

## PROGRAMAÇÃO



## TV SENADO

## HOJE

7h - "Saúde Todo Dia" - o programa trata sobre a importância da atividade física para a saúde  
 7h30 - "Entrevista Especial Unip" - programa produzido pela Universidade de Paulista, onde o médico Drauzio Varella entrevista o médico pediatra Alois Bianchi sobre as doenças nas crianças  
 8h30 - "Mulheres em Debate" - debate sobre a tabagismo  
 9h - Conferência Internacional sobre Renda Mínima: Discussões e Experiências, com transmissão ao vivo  
 13h - Comissão de Assuntos Econômicos - Apreciação do projeto de lei que prorroga o prazo para que as unidades da Federação se adaptem à Lei Camata (vivo)  
 14h30 - Sessão plenária - deliberativa - Apreciação da proposta de emenda à Constituição que fixa limites para as despesas de legislativo municipal (vivo)  
 18h45 - Entrevista com o senador Leonel Paiva  
 19h30 - "Mulheres em Debate" - debate sobre a tabagismo  
 20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"  
 21h - "Especial Unip" - programa produzido pela Universidade Paulista, onde o médico Drauzio Varella entrevista o médico infectologista David Uip sobre a Aids e a mulher  
 22h - Sessão plenária (reapresentação)  
 Oh30 - Telejornal "Congresso Hoje"

1h - "Agenda Econômica" - Entrevista com o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha  
 2h - "Especial Unip" - programa produzido pela Universidade Paulista, onde o médico Drauzio Varella entrevista o médico infectologista David Uip sobre a Aids e a mulher  
 3h - "Projeto Memória", com o ex-senador José Richa  
 4h - Entrevista com Manoel Magalhães 5h - "Agenda Econômica" - Entrevista com o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha  
 6h - Telejornal "Congresso Hoje"  
 6h30 - Entrevista com Manoel Magalhães

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens.

## RÁDIO SENADO

## HOJE

7h30 - Jornal do Senado (1ª edição)  
 9h - Abertura do Seminário sobre Renda Mínima  
 13h - Comissão de Assuntos Econômicos  
 13h30 - Jornal do Senado (2ª edição)  
 14h15 - "Plenário em Revista"  
 14h30 - Sessão plenária  
 19h - "A Voz do Brasil"  
 22h30 - Jornal do Senado (3ª edição)  
 Em seguida - Música e informação

## COMO SINTONIZAR

## TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-5
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BSB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

## RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínima) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

- Informações técnicas
- Frequência de recepção: Banda L 1.465.600 Mhz
- Satélite: BrasIsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint Stereo
- Taxa: 128 Kbps BPSK
- Programação ABR CC.1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

# Cardinal critica manutenção dos limites de custeio agrícola

Plano de Safra 98/99 tem avanços em vários aspectos, diz o senador, mas o agricultor ainda precisa ser motivado a plantar mais

O Plano de Safra 98/99, lançado pelo governo no final de junho, foi criticado ontem pelo senador Zanete Cardinal (PFL-MT). Ele reconheceu o avanço em vários aspectos, mas acredita que a manutenção do limite de crédito de custeio possa comprometer a expectativa de elevação da produção de grãos para 100 milhões de toneladas na virada do século. "De acordo com dirigentes de entidades ligadas à agricultura e produtores, só a elevação do limite de crédito de custeio contribuiria de forma eficaz para motivar o agricultor a plantar mais", afirmou.

O senador disse que é preciso reconhecer o esforço do governo em resgatar a dívida do país com os produtores, pois o Plano de Safra receberá R\$ 10 bilhões, con-

tra R\$ 7,3 bilhões na safra anterior, e a taxa de juros do crédito rural caiu de 6,5% para 5,75%.

— O problema foi a manutenção do mesmo limite de financiamento já usado na safra anterior: R\$ 300 mil para o algodão; R\$ 150 mil para o arroz, feijão, mandioca, milho e sorgo; R\$ 100 mil para soja nas regiões Centro-Oeste e Norte; e R\$ 40 mil para os demais cultivos agrícolas. Mantendo-se esses parâmetros, os agricultores de médio e grande portes que quiserem incorporar novas áreas terão de recorrer a

outros recursos, com juros de mercado — argumentou Cardinal.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou que é preciso reconhecer o esforço do presidente Fernando Henrique Cardoso, mas que também é necessário o "afrouxar as rédeas" para que a agricultura possa reforçar a alimentação dos brasileiros e contribuir para a balança comercial.

Cardinal teme que a expectativa de aumentar a produção de grãos seja comprometida



## Suplicy questiona impacto de usina sobre população

Já estão assentadas as 672 famílias que serão atingidas pela primeira fase de enchimento do reservatório da hidrelétrica de Porto Primavera, recentemente denominada Sérgio Motta? Essa e outras 11 indagações sobre a usina constam de um ofício que o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) enviou ao ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, e leu ontem em plenário. Ele reconheceu a importância da obra, mas alertou que a prioridade deve ser dada às pessoas que habitam a área.

— Espero que o ministro Gustavo Krause responda o quanto antes a essas indagações. É preciso que não se sobreponha o direito de melhoria do meio ambiente ao direito de moradia das pessoas. Os pescadores e os ceramistas (a região tem jazidas de argila) merecem consideração — afirmou.

Suplicy argumentou que poderia enviar um requerimento de informações ao ministro, mas precisava de respostas urgentes para essas questões, visto que se referem a procedimentos que devem ser cumpridos logo, para compensar

e mitigar os impactos do projeto sobre a população. Informou ter visitado as obras da usina, assim como dez cidades do Pontal do Paranapanema, vindo de perto as repercussões do enchimento do reservatório sobre os moradores.



Tebet lembra a perda de terras férteis por Mato Grosso do Sul

### Tebet diz que problema está sendo tratado de forma democrática

Afirmado que Mato Grosso do Sul é o estado com maior abrangência da usina de Porto Primavera, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) apartou o senador Eduardo Suplicy, dizendo que a Companhia de Energia Elétrica de São Paulo (Cesp) e o governo sul-mato-grossense vêm procedendo democraticamente com a população atingida.

Tebet salientou que seu estado perde 200 mil hectares de extensão territorial com essa obra, e que terras férteis serão inundadas. Ele informou que acompanha há anos as reuniões realizadas para minimizar o impacto da obra sobre a população.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
 1ª Vice-Presidente: Geraldo Melo  
 2ª Vice-Presidente: Júnia Marise  
 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
 2º Secretário: Carlos Patrocínio  
 3º Secretário: Flaviano Melo  
 4º Secretário: Lucídio Portella  
 Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho  
 Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
 Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
 Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita  
 Diretor da Divulgação e Integração: Helival Rios  
 Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos  
 Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade  
 Editor-Chefe: Djailma Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuzo Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa  
 Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
 Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueias Dantas de Moraes  
 Fotos: Célio Azevedo, Mécia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo  
 Arte: Antonio Nogueira

Endereço: Praça dos Três Poderes  
 Ed. Anexo I do Senado Federal,  
 15ª e 16ª andares  
 Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
 Secretaria Especial  
 de Editoração e  
 Publicações

## Nabor alerta para avanço da hepatite no Acre

Cerca de 50 mil cidadãos acreanos, correspondendo a mais de 10% de toda a população estadual, estão infectados por hepatites dos tipos B e C, situação que, para o senador Nabor Júnior (PMDB-AC), configura "um quadro de calamidade pública".

Ele solicitou a transcrição, nos anais da Casa, de matéria sobre o tema publicada no jornal *A Gazeta* (AC), de autoria do jornalista Chico Araújo.

O senador destacou as recomendações do médico infectologista Eduardo Farias, para quem a situação acreana exige ação imediata e enérgica das autoridades sanitárias, através da promoção de uma vacinação em massa que evite o comprometimento das gerações futuras.



### AGENDA

TERÇA-FEIRA, 11 DE AGOSTO DE 1998

Antonio Carlos Magalhães - Presidente

15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

#### PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: Primeira dia de discussão em primeiro turno da "PLC n.º 15/98, que dispõe sobre a total da despesa com o funcionamento do Poder Legislativo municipal", "PLC n.º 55/96, que torna obrigatória a inclusão do ensino da língua espanhola nos currículos plenos dos estabelecimentos de ensino de 1.º e 2.º graus", "PLS n.º 38/95, que dispõe sobre o ensino do espanhol nos estados limitrofes com os países formadores do Mercosul", "PLC n.º 99/96, que dispõe sobre a municipalização da merenda escolar, e "PLC n.º 21/97, que torna obrigatória a avaliação psicológica periódica das integrantes das polícias e corpos de bombeiros militares e civis

#### COMISSÕES

13h - Comissão de Assuntos Econômicos  
Pauta: "PLC n.º 82/96, que dispõe sobre a uniformização de preços de asfalto nos municípios da Amazônia Legal", "PLC n.º 119/95, que redireciona recursos do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae", "PLC n.º 96/94, que altera a Lei n.º 7.998, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT", "PLC n.º 76/95, que dispõe sobre as prestações devidas a ex-combatente segurado da Previdência Social", "PLS n.º 89/98, que modifica a Lei Complementar n.º 82/95, e "PLS n.º 126/98, que dá nova redação ao artigo 52 da Lei n.º 8.171/91, sobre a política agrícola. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

#### ESPECIAL

9h às 18h - "Conferência Internacional Renda Mínima - Discussões e Experiências", Auditório Petrólio Portella

# Plenário discute emenda constitucional e vota projetos

Limites para os gastos das câmaras e assembleias e exigência de avaliação psicológica de policiais fazem parte da ordem do dia

O plenário do Senado realiza hoje a primeira sessão deliberativa desta semana, quando serão discutidas e apreciadas pelo menos nove matérias, entre elas uma proposta de emenda constitucional que limita os gastos das câmaras de vereadores e das assembleias estaduais. O esquema de trabalho foi acertado entre os presidentes do Senado e da Câmara e os líderes dos partidos, tendo em vista a proximidade das eleições.

A emenda sobre os gastos de legislativos, de autoria do senador Esperidião Amin (PPB-SC), será discutida nos próximos dias e sua votação deverá ocorrer em setembro. Ela prevê que nenhum município com até dez mil habitantes poderá gastar mais que 10% da sua receita com a câmara de vereadores, incluindo as transferências do Fundo de Participação dos Municípios. Quanto maior a população, menor o percentual, que ficará em 5% para as cidades com mais de um milhão de habitantes.

Na sessão de hoje, deverá ser votado projeto de lei que cria a



Senador Esperidião Amin propõe novas normas para os gastos dos legislativos estaduais e municipais

avaliação psicológica de candidatos em concurso para as polícias militar e civil e para o corpo de bombeiros, com a finalidade de verificar se eles têm aptidão para a carreira. Além disso, o projeto estabelece que os novos policiais terão de fazer avaliação psicológica pouco antes de completar três anos na carreira (antes de terminar o estágio probatório).

Depois, a avaliação será repetida a cada cinco anos, com a finalidade de identificar profissionais com desvio de comportamento, provocado pelo estresse da profissão, evitando que eles continuem tra-

balhando na rua, inclusive portando armas. O projeto tem parecer favorável do relator na CCJ, senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Também hoje, o plenário poderá votar projeto do governo que institui o ensino de espanhol nas escolas de primeiro e segundo graus dos estados. A proposta, que tem parecer favorável do relator na Comissão de Educação, senador José Fogaça (PMDB-RS), tramita em conjunto com um projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS), o qual prevê o ensino do espanhol apenas nos estados que fazem fronteira com o Mercosul.

## Encontro avalia programas de renda mínima

Experiências no Brasil e no exterior com programas de garantia de renda mínima serão debatidas hoje e amanhã no Senado. É a conferência internacional "Renda Mínima: Discussões e Experiências", que prevê a apresentação de projetos em que o Estado proporciona um rendimento mínimo a famílias sem condições de sobrevivência.

A conferência, promovida pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), Comissão de Finanças e Tributação da Câmara e Grupo Interparlamentar Americano sobre População e Desenvolvimento, contará com a participação de autoridades, especialistas e representantes de vários países.

Os trabalhos serão abertos às 9

horas de hoje, no Auditório Petrólio Portella, e pela manhã haverá debate entre os participantes e uma exposição de projetos de renda mínima apresentados por parlamentares do Brasil, Argentina, Peru, África do Sul, Portugal e Espanha.

A tarde, prefeitos e secretários de Estado vão relatar as experiências sobre a adoção de programas de renda mínima em vários estados e municípios brasileiros. Ao final do dia, será feita uma avaliação dos resultados destes programas.

Amanhã, último dia da conferência, estão previstas sessões plenárias em que os participantes discutirão temas relativos à concessão de renda básica. Com a presença do ministro do Trabalho, Edward Amadeo, acontece a plenária *Renda Mínima e Combate ao Desemprego*, e, sob a coordena-

ção da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), sessão com o tema *Renda Mínima, Trabalho Infantil e Mulher*.

À tarde, acontece a plenária *Renda Mínima e Erradicação da Pobreza*. Às 17 horas, a conferência será encerrada pelo presidente do Congresso Nacional, Antonio Carlos Magalhães, pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, e pelo presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fernando Rezende.

Autor do primeiro projeto a tramitar no Senado concedendo um rendimento mínimo a famílias pobres, Suplicy convidou os senadores a participar da conferência.

O projeto de Suplicy encontra-se na Comissão de Tributação e Finanças da Câmara, de onde deve seguir para o plenário daquela Casa.

## ACM aguarda parecer de Niemeyer sobre espelho d'água

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu ontem a construção de um espelho d'água contornando o prédio do Congresso Nacional como uma solução estética, capaz de evitar a repetição dos incidentes com manifestantes, e informou que o arquiteto Oscar Niemeyer será consultado.

— É primeiro um problema estético e, segundo, o das manifestações, porque é muito desagradável para o Congresso a repressão como houve ultimamente. Se pudermos evitar isso, estaremos prestando um serviço à coletividade, inclusive aos membros da oposição — afirmou.

Antonio Carlos explicou que a decisão será tomada junto com o presidente da Câmara, Michel Temer, depois de ouvida a opinião de Niemeyer, e esclareceu que nunca se pensou em fazer um "fosso", como foi noticiado, e sim um tipo de lago.

## Congresso entrega amanhã Prêmio Cruz e Sousa

Os presidentes do Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães, e da Câmara dos Deputados, Michel Temer, entregam amanhã, às 18h30, no Salão Negro do Congresso Nacional, diplomas aos vencedores do Prêmio Cruz e Sousa.

Luís Cláudio Ribeiro, na categoria geral, e Carlos Alberto Martins, na categoria estudante, foram os vencedores.

## Amorim denuncia ação do Ibama em Rondônia

"O Ibama está perseguindo quem vive da exploração e industrialização da madeira em Rondônia, ignorando que a taxa de desemprego chega a 80% no estado", denunciou o senador Ernandes Amorim (PPB-RO). Ele alertou o Senado para a necessidade de mudar a legislação de proteção ambiental e adequá-la à realidade da região Norte.

Para Amorim, a legislação é própria para estados com pouca cobertura florestal, como no Sudeste e no Sul. "Em Rondônia, onde muitos vivem de atividades extrativistas, o zoneamento impede até programas federais de assentamento de famílias pelo Incra", argumentou, denunciando a "ganância" do atual governador, Valdir Raupp, que, "para receber verbas dos setores de proteção ambiental, está impondo o zoneamento em áreas onde existem pequenos fazendeiros".



CAE

# Comissão examina prazo menor para pagar abono

Está na pauta da reunião de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto de lei da Câmara que reduz de cinco para três anos o tempo mínimo de cadastramento no PIS/Pasep ou no Cadastro Nacional do Trabalhador para que o trabalhador tenha direito ao abono salarial previsto na Constituição.

De acordo com o parágrafo 3º do artigo 239 da Constituição, "aos empregados que percebam de empregadores que contribuem para o

Programa de Integração Social ou para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público até dois salários mínimos de remuneração mensal é assegurado o pagamento de um salário mínimo anual, computado neste valor o rendimento das contas individuais, no caso daqueles que já participavam dos referidos programas, até a data da promulgação desta Constituição".

O projeto já havia recebido parecer favorável da Comissão de Assun-

tos Sociais (CAS), mas sua discussão foi adiada em função da aprovação de um requerimento para que a matéria fosse submetida à CAE. Nesse requerimento, alegava-se que o impacto financeiro da proposição poderia comprometer o equilíbrio das finanças do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). De acordo com o requerimento, a aprovação do projeto significaria um acréscimo potencial sobre a despesa do FAT de R\$ 800 milhões.

Em parecer favorável à matéria, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) contestou esses números, que considerou superestimados. Segundo ele, a elevação imediata no potencial dos gastos com o abono salarial seria de R\$ 168 milhões.

— Esse montante é inexpressivo em termos de déficit público e de percentual do PIB. Ademais, é um custo perfeitamente suportável pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador — acrescentou Bezerra.



Para Bezerra, abono deve ser pago após três anos de cadastramento no PIS/Pasep

## Agricultores podem ter o financiamento facilitado

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverá apreciar hoje, em caráter terminativo, projeto que estende aos agricultores que trabalham em regime de exploração familiar condições especiais na obtenção de crédito rural. De autoria do senador Pedro Simon (PMDB-MS), a proposta da nova redação à lei que dispõe sobre a política agrícola em vigor, que beneficia apenas os assentados em áreas de reforma agrária. O parecer do relator, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), é favorável.

A proposta de Simon apresenta taxa de juros, prazo de pagamento, período de carência, possibilidade de pagamento conforme o princípio da equivalência-produto e exigências de garantias especiais para os agricultores familiares. De acordo com o projeto, incluem-se entre estes os proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros e assentados. São duas as condições estabelecidas para aqueles que quiserem obter os financiamentos especiais: dispor de uma área explorada igual ou inferior a quatro módulos fiscais e 80%

da renda familiar na exploração agropecuária ou extrativa.

Por sua vez, a concessão de crédito rural obedecerá a condições diferenciadas, de maneira a favorecer os produtores que comprovem predominância de alimentos básicos na produção; geração de empregos, diretamente ou por sua cooperativa ou associação; e adoção das medidas necessárias à preservação e recuperação ambiental.

Suassuna esclareceu que a importância da agricultura familiar na produção de alimentos e na geração e manutenção de empregos, bem como a necessidade de garantir aos assentados os níveis de desenvolvimento econômico e social compatíveis com os objetivos do programa nacional de reforma agrária, justificam a apresentação do projeto.

### MAIS CRÉDITO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

O PROJETO DE PEDRO SIMON PREVÊ FACILIDADES NO QUE SE REFERE A:

- taxa de juros;
- prazo de pagamento;
- período de carência;
- pagamento conforme o princípio da equivalência-produto;
- exigência de garantias.

PODEM SE BENEFICIAR:

- pequenos proprietários;
- posseiros;
- arrendatários;
- parceiros;
- assentados.

SÃO DUAS AS CONDIÇÕES PARA OS FINANCIAMENTOS ESPECIAIS:

- dispor de uma área explorada igual ou inferior a quatro módulos fiscais;
- ter 80% da renda familiar na exploração agropecuária ou extrativa.

SERÁ DADA PRIORIDADE AOS PRODUTORES QUE:

- plantem alimentos básicos;
- gerem empregos, diretamente ou por cooperativas ou associações;
- adotem medidas de preservação e recuperação ambiental.



## Proposta modifica regras de atuação do Sebrae

A CAE também apreciará hoje projeto de lei da Câmara dos Deputados que redireciona recursos do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

De acordo com a proposta, 40% das verbas passarão a ser aplicadas nos estados e no Distrito Federal, sendo metade proporcionalmente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o restante proporcionalmente ao número de habitantes, de acordo com as diretrizes e prioridades das regionais do Sebrae e a orientação do conselho delibe-

rativo da instituição.

O projeto da Câmara reduz de 50% para 10% o montante a ser aplicado de acordo com as políticas e diretrizes do conselho deliberativo do Sebrae nacional. Também reduz de 5% para 2% o limite a ser aplicado no custeio da instituição.

Esse saldo de 43% será transferido para um fundo de equanimidade entre os estados, cujo objetivo é promover a redução das desigualdades regionais (23%) e para um fundo de risco destinado ao apoio às operações de crédito

às micro e pequenas empresas (20%). Outros 5% serão utilizados no custeio dos Sebraes regionais.

Além da redistribuição dos recursos, o projeto acrescenta uma pessoa indicada por entidade nacional representativa de dirigentes lojistas ao conselho deliberativo do Sebrae.

A proposta determina ainda que os recursos financeiros da instituição deverão ser movimentados exclusivamente através de bancos oficiais, preferencialmente o Banco do Brasil e a Caixa Econômica

Federal.

Em seu parecer, o relator da matéria, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), comentou que a nova distribuição proposta está mais condizente com os fins que se pretende alcançar com os recursos destinados a apoiar as micro e pequenas empresas do país.

— Ao mesmo tempo, promove um enxugamento da máquina administrativa do Sebrae nacional, privilegiando as unidades estaduais, que atuam mais diretamente com essas empresas — acrescentou Suplicy.

## Projeto quer unificar preço do asfalto

A CAE vota ainda projeto de lei que trata da uniformização do preço do asfalto nos municípios da Amazônia Legal. Outro projeto a ser apreciado permite que membro da Marinha Mercante receba benefícios previdenciários tendo viajado apenas uma vez, durante a 2ª Guerra Mundial, para zona de ataque de submarinos. Hoje, são necessárias duas viagens para a obtenção desse benefício.

De autoria do deputado Murilo Pinheiro, o primeiro projeto tem como relator o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT). Ele lembra que o projeto data de 1991, quando vigorava a unificação de preços dos derivados de petróleo. Ainda assim, dá parecer favorável:

— Uniformizar o preço do asfalto destoa um pouco das políticas que estão sendo adotadas atualmente. No entanto, diante do impacto reduzido que deverá ter sobre os preços no país e diante dos benefícios a serem auferidos pelos municípios da Amazônia Legal, cremos que o projeto é oportuno e conveniente.

O outro projeto a ser votado, do deputado Nilson Gibson, tem parecer favorável do senador Ney Suassuna (PMDB-PB). Segundo o relator, o Ministério da Marinha calcula que a alteração poderá beneficiar 20 mil pessoas. O Ministério da Marinha manifestou-se contra a proposta, afirmando que projetos similares têm levado ao aumento contínuo do ônus da Previdência Social. Já o Ministério da Previdência informou que não tem estimativa do impacto da aprovação do projeto na folha de pagamento de benefícios.